

**ESTADO E A GESTÃO DA ESCOLA BRASILEIRA:
uma retomada histórica do conceito de gestão democrática.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em organização do Trabalho Pedagógico do Setor de Educação da UFPR, como requisito parcial à obtenção do grau de especialista.

Orientadora. Prof^a Dr^a Andréa Barbosa Gouveia

**CURITIBA
2009**

RESUMO

Este trabalho tem o intuito de apresentar uma revisão histórica sobre o conceito de gestão democrática e os limites e possibilidades de realização desta ideia na escola pública brasileira. Para isto apresenta-se uma contextualização do papel do Estado na oferta e gestão educacional desde o Brasil-Colônia, até os dias atuais. A pesquisa mostra-nos que nos quatro primeiros séculos da descoberta do Brasil, não houve uma inserção, das camadas sociais menos abastadas, nas escolas, exceto de forma superficial e efêmera. É a partir de 1930, com o Manifesto dos Pioneiros, a organização do Ministério da Educação e a centralização da política educacional que se passou a ter no Estado um propulsor da educação de caráter laico, democrático, que começaria a estender o direito à educação a todas as camadas sociais. A partir de então, há desdobramentos ao longo do século XX: são criadas leis orgânicas para diversas modalidades do ensino; aprova-se a primeira Lei de Diretrizes e Bases para Educação, Lei 4021 de 1961, em que converge do ensino infantil à educação superior, sendo a primeira do país; paulatinamente amplia-se a idade obrigatória dos discentes na escola, até chegar a Constituição Federativa do Brasil de 1988. Esta declara a Educação como direito social, não limita a idade dos discentes, e abre novas perspectivas para outras modalidades do ensino. Além disto, a Constituição de 1988, pela primeira vez estabelece como princípio da educação nacional a gestão democrática do ensino público. A reforma do Estado dos anos 1990 complexifica o debate sobre responsabilidade do Estado e gestão democrática da escola. Assim, chega-se ao limiar do Século XXI, com várias iniciativas do governo federal para o fortalecimento dos processos de gestão na escola. Este trabalho dedica-se finalmente a mapear os vários programas, ações, planos, estratégias, para alcançar a tão almejada gestão democrática. Sabe-se que a democracia é de natureza processual, conseqüentemente renova-se continuamente. O fortalecimento da perspectiva democrática na escola precisa ser uma política de Estado, por entender que este investe recursos de toda a ordem e deve tentar equilibrar possíveis desníveis entre as organizações escolares ou regiões, além de incentivar a participação da comunidade escolar e extra-escolar, em um trabalho conjunto para alcançar os seus objetivos propostos.

SUMÁRIO

Resumo.....	1
1 Situando a escola brasileira: resgate histórico.....	3
1.1 A educação dos anos de 1980: rumo à gestão democrática.....	13
1.2 Constituição Federal de 1988 e a gestão democrática.....	15
1.3 Reforma do Estado dos anos 1990.....	16
1.3.1 A reforma do estado e a gestão democrática.....	18
2 O conceito de gestão democrática.....	21
2.1 Partir da realidade encontrada.....	22
2.2 Um ambiente salutar/ participação da comunidade.....	24
2.3 Projeto Escolar e gestão democrática.....	25
3 O governo Lula e o conceito de gestão democrática na educação.....	27
3.1 PDE – Escola.....	29
3.1.2 Programa de Fortalecimento de Conselho Escolar.....	33
3.1.3 Programa Nacional de Gestores da Educação Básica.....	35
3.1.4 A busca de uma qualidade para a escola pública da Educação Básica.....	39
4 Conclusão.....	40
Referências.....	43

1- Situando a escola brasileira: Resgate histórico

Para compreender o processo de centralização e descentralização do Estado brasileiro, enfocarei sucintamente uma retomada histórica desde o período Brasil – Colônia. Esse processo varia conforme seu contexto histórico – político, e de acordo com os respectivos ciclos econômicos, que moldaram a sociedade brasileira ao longo desses cinco séculos após descobrimento.

Um fator de alta relevância foram as classes que a cada momento se constituíram no poder, que no terreno político-econômico, delineou a sociedade, para que assim comungasse com a sua ideologia vigente. A pesquisa em si foca a educação brasileira, após 1988, pois se trata de um período importante para vida política do país, em pleno processo democrático. E quanto à educação, foram momentos exponenciais para a escola pública brasileira em discutir e implementar o processo da gestão democrática.

No período Brasil- Colônia, a economia se constituiu de forma agroexportadora, baseado na monocultura, em um contexto social de pouca flexibilidade, *o modelo agroexportador, implantado já na época da colônia, fundamentava a organização da economia na produção de produtos primários predominantemente agrários destinados à exportação para as metrópoles (FREITAG, 1980, p. 46)*. Esses produtos foram: o pau-brasil, algodão, tabaco, mas a cultura que sobressaiu, e serviu como esteio para um longo período, da economia a envolver metrópole e colônia, até o século XVIII, foi sem sombras de dúvidas a cana-de-açúcar.

Para esse período a figura do senhor-de-engenho merece destaque, principalmente na zona rural da região nordestina. Possuidor de extensa terra, com uma grande quantidades de escravos, e com um modelo de plantação, baseado na monocultura, o senhor-de-engenho influenciou as políticas locais, na economia (baseado na cana-de-açúcar), e até no modelo social do povo brasileiro de caráter dual, de um lado os ricos e no oposto os pobres.

Segundo Oliveira (2002), o poder, nessa fase, constitui-se em face da propriedade da terra, que através dos sesmeiros¹, sucedeu-se a formação oligárquica. A Igreja católica, também corroborou para que a pirâmide social permanecesse pouco flexível, pois o espírito cristão de cunho católico, tornou-se uma extensão do estado português em virtude do nascimento à morte, perpassando pelo social do indivíduo, a

¹ Sesmeiros eram chamados de homens bons, por ser donos de imensas terras, concedido pelo *El-Rei*.

educação como o todo passando pelo seu crivo. A Igreja Católica delineou o período colonial brasileiro de forma quase incontestável (FAORO, 2004, p. 198).

A educação do período colonial ficou sob a égide dos padres jesuítas de forma predominante, mas havia outras instituições de cunho católico, que foram os beneditinos, os franciscanos e dominicanos que auxiliaram na formação da elite brasileira.

De característica enciclopédica, livresca, de inculcação e através de repetidas vezes sem inovação, oposto às críticas, sem abertura para o estudo das ciências, assim predominou a educação dos jesuítas por cerca dos três primeiros séculos, após descoberta do país, sob a Pedagogia do *Ratio Studiorum*², de grande força na Europa, por razões peculiares e religiosas, mas que fora trasladada para o Brasil, com pouquíssima variação. Uma educação que privilegiou as camadas dominantes, pois a própria estrutura oferecida nos colégios e seminários dos jesuítas, levava a uma seleção. Aqueles que detinham o poder político e econômico teriam condições de manterem os seus filhos em uma dessas instituições. Eram os donos de gado, senhores-de-engenho e os homens da alta esfera política, em destaque para os portugueses que aqui viviam em terras brasileiras, que comandavam e controlavam as esferas financeiras e econômicas, que interessava a Portugal.

Assim, a população pobre, que era em sua maioria constituída por escravos, mamelucos, cafuzos e Índios, estes últimos foram catequizados, formavam a camada social menos privilegiada, não só política e economicamente, mas sem o direito de frequentarem a escola de forma sistematizada, exceto quando o ensino era as primeiras letras, e de práticas manuais (formação mecânica), já que estes não eram de interesses da elite luso-brasileira.

O período colonial obteve um processo concentrado e centralizado sob o poder de uma camada ínfima da sociedade colonial, que tem como destaque o latifúndio; a educação elitizada coordenada e comandada pela Igreja, com seu caráter seletivo em detrimento de uma educação democrática, para que todos obtivessem a oportunidade de frequentar a escola; relação de produção simplória sem grande complexidade que exigisse uma técnica avançada, com mão-de-obra realmente qualificada.

No período do Brasil-Império – a partir de 1822 até 1889- o retrato social brasileiro manteve-se quase inabalável. Em virtude de o processo colonial prevalecer

² *Ratio Studiorum* remontam às Constituições da Companhia de Jesus (jesuítas), que entrou em vigor em 1552, mas obteve a sua versão definitiva em 1599. E moldou a educação brasileira de 1549 a 1759, de forma quase exclusiva, até os jesuítas serem expulsos por Pombal do Reino português.

com as suas forças oligárquicas e delinear as questões políticas, sociais e econômicas do então país desvinculado politicamente de Portugal.

Destacam-se nesse período, as figuras do coronelismo, este mais ao Norte do país, com uma presença marcante no Nordeste brasileiro, já que nesse período a capital brasileira encontrava-se na cidade do Rio de Janeiro, enquanto que no Sudeste, prevaleceu a presença marcante do Barão do Café. Esses dois contextos deram estabilidade a Monarquia, principalmente no cenário político.

No tocante a educação nada de grande impacto que realmente transformasse ou revolucionasse a educação, em termos de participação das camadas que se localizavam nas franjas do processo político econômico brasileiro.

A descentralização política ocorrida com Ato Adicional de 1834, no qual as províncias foram responsáveis por legislar sobre o ensino primário e secundário não vingaram. *A descentralização ocorrida com o Ato Adicional de 1834 (...), delegou as províncias o direito de regulamentar e promover a educação primária e secundária (ROMANELLI, 1978, p. 40).* Por outro lado, o ensino superior ficou sob a égide do poder central; há de convir que as províncias não dispusessem estruturas de ordem financeira e tampouco um sistema administrativo que arrecadasse e distribuisse os impostos em forma de recursos para que chegasse como investimento nas escolas; o quadro de magistério era ínfimo, devido aos poucos recursos oferecidos pelas províncias e prevaleceu nesse contexto a figura do professor leigo.

De uma forma geral as dificuldades encontradas pelas províncias eram enormes, e elas eram desvinculadas entre si. Em síntese a educação secundária tornou-se propedêutica, e serviu como passagem para o ensino superior, aonde o foco principal desses cursos eram as faculdades situadas no Rio de Janeiro, sem esquecer que já havia faculdades em Salvador e Recife, em destaque para as faculdades de Medicina e Direito respectivamente.

Portanto as camadas que formavam a base piramidal da sociedade ficaram restritas ao ensino elementar, e aos Liceus de Artes e Ofício, que serviram como esteio para as camadas menos favorecidas, mas sem profundidade em termos de uma educação escolar sistematizada, com base filosófica e científica. Esse contexto avançou até o início da década de 1930, pois a educação brasileira não dispunha de bases sólidas para atender as demais camadas sociais.

No período da República – Inaugurado em 1889, não houve uma ruptura por completo do processo econômico do período que precedeu a este em voga.

Permaneceram os coronéis no Nordeste, o Barão do Café no sudeste; as províncias são transformadas em estados. O vínculo a envolver o poder central com os estados recém criados permaneceu de forma linear, ou seja, os “republicanos” praticaram uma política idêntica ao do período monárquico. Em virtude das correntes oligárquicas, aristocráticas e, acima de tudo, conservadoras, impunham as suas influências sobre a esfera política, principalmente sobre o governo central.

As vastas propriedades em terras que refletia a plantação de café no Sudeste eram de caráter latifundiário, com a concentração de terras em mãos de poucos. A nossa economia permanecia e dependia da agro exportação, em um formato de monocultura, o que nos remete às práticas ocorridas no período Brasil - Colônia, já em pleno século XX.

O quadro social e econômico do período em discussão refletiu na esfera educacional, em um quadro sem perspectivas. Segundo Romanelli (1978), *a educação realmente não era considerada um fator necessário (p.45)*, as práticas educacionais eram as mesmas do período anterior, conseqüentemente não abalaria o sistema vigente; as relações de produção eram agrícolas, (cultura do café) não precisando de uma teia complexa para o ensino o que se faz necessário para a indústria; e alguns segmentos políticos do período como os latifundiários, insistiam em que o país permanecesse agrário, e, com isso, educação não seria tão necessária, para atender a demanda, em virtude da esfera econômica, ser ainda um modelo de relação simples basicamente composto pela tríade – plantação/colheita/exportação.

A elite por seu turno continuava a exercer as suas influências no ensino superior; surge nesse período a classe emergente urbana, que entendia a educação como *status* e ascensão política e social. Ao passo que a população de baixa renda, que compunha a grande parte da sociedade, permanecia excluída da escola e imersa no analfabetismo.

A década de 1920, foi marcante pelos vários movimentos nacionalistas,³ e que de certa maneira refletiram na política brasileira para a década de 1930. Entre esses movimentos se tem uma forte movimentação em prol de uma escola laica, pública, gratuita e que fosse dirigida pelo Estado. Nesse contexto fértil, nasceu o Movimento dos Pioneiros da Escola Nova. Porque os intelectuais envolvidos no movimento tinham o conhecimento concreto da realidade educacional brasileira, devido a fragilidade, a falta de organização e a não coesão do sistema de educação.

³ Ver. NAGLE, J. (2001)

Sendo assim, vários outros segmentos sociais, interessados em difundir uma educação que contemplasse a todos os sujeitos, reivindicam escolas estatais, em virtude da população brasileira, nessa fase, encontrar-se com um alto índice de analfabetismo⁴. Nessa atmosfera de acontecimentos, a educação deixaria de ser de cunho aristocrático para abranger a todos. Caracteriza-se, um primeiro princípio democrático na esfera educacional.

A partir de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas no poder, o Estado brasileiro passou exercer a centralização de forma constitucional. As oligarquias estaduais foram dissipadas, e nomeados novos chefes regionais com um liame direto com o Poder Executivo Central.

A criação, arrecadação de impostos e a centralização dos mesmos por parte do governo central, a partir de 1930, deram esteio ao governo Vargas promover algumas mudanças no cenário da indústria brasileira, em face da crise estabelecida em 1929. Denominada crise mundial do café. *Esse novo cenário foi em razão da própria crise do café em escala mundial que forçou o país, a restringir a importação de bens de consumo (FREITAG, 1980, p.50).*

No campo da educação, no primeiro mandato do governo de Getúlio Vargas, foi criado o Ministério da Educação e Saúde, Francisco Campos assumiu essa pasta. *O período que se inicia com a Revolução de 1930, apresenta a transformação na ordem política e administrativa da vida do país, o que vai repercutir no sistema de ensino (FÁVERO, 2000, p.36).*

Percebe-se o impacto quando as matrizes políticas são mudadas, e as correlações de forças perante ao Estado, tem-se uma outra performance. Para o sistema de ensino brasileiro foi salutar em virtude da constituição de um centro de convergência no qual delibera, emite pareceres, sistematiza e regulamenta toda a esfera educacional.

Muito embora no primeiro momento, houve uma reforma dos ensinos secundários e superior. Enquanto o ensino primário ficou sob a tutela dos estados, a sua reforma foi efetuada anos depois.

✓ Esse período, mas sem pormenorizar, foi a luta incessante dos Pioneiros da Escola Nova, tendo 1932 o ano do lançamento do Manifesto. Esses pioneiros foram educadores e personagens do universo intelectual brasileiro, preocupados com a educação do povo, vão a busca de uma escola laica, gratuita, e tendo o Estado como responsável pela implementação das leis e diretrizes, como também na questão de

⁴ Ver. PAIVA, V. (2003)

investimentos, e de recursos de toda à ordem. *O Manifesto dos Pioneiros da escola nova, lançado ao povo e ao governo em 1932, apresenta uma análise de problema educacional sob vários aspectos e define princípios e propõe fins* (FÁVERO, 2000, p.35).

Fávero (2000) ilustra-nos que a proposta dos Pioneiros partia do concreto e da realidade da sociedade brasileira para a época, pois tinha objetivos e metas para alcançar com seus propósitos para educação brasileira. E conseqüentemente rompia com a educação classista e aristocrática que imperava no período.

Ao referir-se no contexto de gestão os Pioneiros dão passos significativos, pois buscam realizar uma educação para todas as classes e o Estado seria o propulsor dessa iniciativa; traz a criança e o jovem para o centro dos acontecimentos, e teve como proposta uma escola ativa e dinâmica que rompia com os padrões pré-estabelecidos, até aquele momento histórico da educação brasileira.

A prática da democracia foi um dos pilares divulgados pelos manifestantes, para isso, o papel do Estado era de suma importância, pois assim facilitaria a inserção de todas as classes sociais ao convívio de uma escola de cunho sistematizado e científico, oposto de uma escola que atendia uma singela parte da sociedade (elite brasileira), tida como estéril, por não propagar e difundir a educação para o povo.

Então o Movimento dos Pioneiros projetavam uma educação essencialmente pública, laica e obrigatória, para que justamente, todos obtivessem oportunidades de freqüentar a escola, e o Estado seria o esteio para esses acontecimentos em virtude da sua capacidade de arrecadação, distribuição em termos de recursos e centralização de diretrizes para a esfera educacional para, assim, a escola tornar-se essencialmente pública e reconhecer o direito social do sujeito.

Mas, do direito de cada individuo á sua educação integral, decorre logicamente para o Estado que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de seus grãos e manifestações, como uma função social e eminentemente publica que elle é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociaes (MANIFESTO DOS PIONEIROS – 1932. No original) ⁵

Tem-se, assim, o ponto de partida de uma gestão democrática no Brasil, no qual a escola é tida como uma função social. O Manifesto ainda previa uma autonomia na função educacional, ou seja, nos aspectos técnicos, administrativo e econômico em

⁵ Ver. GHIRALDELLI JÚNIOR, (1990)

virtude que até a década anterior (década de 1920), não existia um centro que congruísse tudo que fosse direcionado à educação brasileira.

Também entre os Pioneiros, existiam várias correntes ideológicas, mas o intuito daqueles intelectuais era realizar uma escola concreta, baseada na sociedade em que os circundavam. Mesmo assim houve protestos dos defensores da pedagogia tradicional (a Igreja) e seus arautos, que entendiam que o Estado não deveria estender a educação laica e gratuita para a sociedade, e esses embates prolongaram-se até a realização da Constituição Federativa do Brasil de 1934, em que houve uma mescla das ideologias tradicional e progressista.

Ainda no governo Vargas é instalado o Estado Novo no ano de 1937. As condições históricas para esse acontecimento é um campo vasto e complexo para estudos, mas delimitarei só para educação. A partir de 1937 a educação é colocada a serviço do estado para comungar a sua ideologia. *De uma forma acentuada, após o golpe de 1937, uma das grandes preocupações do estado, foi colocar a educação a serviço da ideologia vigente (FÁVERO, 2000, p. 86).*

A educação, nesse segundo mandato de Vargas, é redirecionada para uma educação pré-vocacional, profissional e de cunho tecnicista voltado para as camadas sociais de baixa renda. Mas de uma forma direta a educação foi condicionada para o desenvolvimento das diversas esferas da economia, no qual se pode destacar para o período o desenvolvimento da indústria brasileira

O ano 1946 marca a queda do governo de Getúlio Vargas - O país retoma o seu processo democrático até então; é escrito uma nova Carta Magna de 1946, de caráter democrático *A Constituição Federal de 18 de setembro de 1946, em sentido democratizante e contrários ao estado Forte de Getúlio Vargas, que fora derrubado, confirma a descentralização político-administrativa, inclusive portanto a descentralização educacional (TOBIAS, 1972, p. 455).* Ou seja, na organização do sistema educacional fora descentralizado, administrativa e pedagogicamente, de forma que permanecesse em equilíbrio, mas com a presença da União de forma veemente.

Demonstra-se que o Estado estava explicitamente voltado para o espírito democrático, não só para a educação, mas nos diversos campos da sociedade civil. E todo essa mudança no âmbito da política interna brasileira recontextualiza a educação brasileira.

A Constituição Federativa do Brasil de 1946, no seu Art. 5, XV,d, descreve a criação de um projeto para educação nacional. *Foi, pois, baseado na doutrina*

elaborada pela Carta de 1946, que o então Ministro da Educação Clemente Mariani, constitui uma Comissão de educadores com o fim de estudar e propor um projeto de reforma geral da educação nacional em 1948. (ROMANELLI, 1983, p. 171). Pois esse anteprojeto foi dado entrada em novembro de 1948, na Câmara Federal, pelo então Professor Lourenço Filho.

A título de esclarecimento, não cabendo aqui análise dos fatos, foram treze anos, que o anteprojeto transitou na Câmara Federal, e resultou na Lei 4024/61, como Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional, sendo a primeira do país.

A década de 1950 foi simplesmente para discussões e modificações de artigos, do projeto original, ou seja, foram forças conservadoras e aristocráticas, que lutavam com as novas forças, designada como ala progressista. A primeira em que tinha em seu cerne uma educação privada, com pouca intervenção do Estado. Enquanto a ala progressista lutava para que o Estado fosse o provedor da educação, sendo laica e gratuita e que atendesse a todas as camadas sociais, principalmente, dos sujeitos oriundos das classes sociais menos privilegiadas.

Golpe Militar ano 1964 – Ano que o Brasil passou por mudanças na esfera política. O Estado brasileiro por sua vez sai de um regime democrático, e a partir de 1964 até o ano de 1985, exerce uma política de cunho autoritário e centralizadora. Foi a fase em que se estabeleceu uma maior quantidade de indústrias multinacionais em nosso país; houve uma demanda social em prol da educação; acordos a envolver o Brasil o MEC e com AID na década de 1960, com a intervenção direta da agência norte americana sobre o nosso sistema educacional. Na sequência dos acontecimentos, foi criada a lei 5692/71, esta no início dos anos de 1970, que estruturou os ensinos do primeiro e segundo graus, com um perfil profissionalizante.

Houve uma pressão social nesse período no tocante à educação, fruto da fase que antecedeu a essa no qual as camadas sociais menos favorecidas já dispunham um certo início de reivindicação. Para isso, Romanelli (1983), traz-nos a seguinte disposição: *Ao lado da contenção e da repressão, que bem caracterizam essa fase, constatou-se uma aceleração do ritmo do crescimento da demanda social da educação, o que provocou, conseqüentemente, em agravamento da crise do sistema educacional (p.196).* Na sequência dos fatos, o governo brasileiro assina acordo com a agência americana AID (Agency International Development), para assistência técnica e cooperação financeira dessa agência para organizar o sistema educacional brasileiro, chamado Acordos MEC – USAID.

A crise estabeleceu-se nessa fase em razão do número de oferta ser menor do que o número de sujeitos em condições de freqüentar a escola. A falta de estrutura das poucas escolas públicas que existiam nessa fase, e a falta de construção de novos prédios escolares, provocou uma crise na esfera educacional significando, assim, perdas para as classes menos abastadas.

Cabe neste momento destacar algumas partes relevantes da lei 5692/71. A lei foi outorgada em 11 de agosto de 1971, após sete anos da implementação da política autoritária; estruturou os ensinos de 1º e 2º graus e profissionalizou de maneira compulsória o ensino do 2º grau; a ampliação da obrigatoriedade escolar para oito anos, em que incluía a faixa etária dos sete aos catorze anos, e eliminou um dos pontos de estrangulamento do nosso antigo sistema de ensino, representado pela passagem do primário ao ginásial, mediante exames de admissão. Esse último fato era um gargalo para os estudantes alcançar a fase ulterior, ou seja, uma situação de caráter seletivo ainda no ensino primário.

A lei foi idealizada por tecnoburocratas, do governo vigente da época, com auxílio dos assessores estadunidenses, inclusive com empréstimos cedidos ao governo brasileiro em dólares. Entre algumas investidas, fora preciso a construção de centenas de ginásios, para implementar a política do ensino profissionalizante, com o título de ginásios orientados para o trabalho (GOT). *Pois bem, cerca de 600 ginásios desse tipo foram construídos no Brasil (GÓES, CUNHA, 2002, p.61).* Outro ponto foi a criação de 130 habilitações, de caráter técnico-profissionalizante, conforme parecer 45/72, posto em prática sem uma discussão prévia com a classe de educadores ou a sociedade como o todo. E essas habilitações chegaram a 158 no ano de 1974.

O poder central emitia os pareceres através do MEC – CFE que, de maneira verticalizada a escola pública teria que assimilar essa realidade de forma imediata. Já as escolas particulares conseguiram desviar da fiscalização do governo, no tocante ao ensino profissionalizante. *As escolas particulares, ciosas de interesses imediatos de sua clientela inventaram a profissionalização do faz-de-contas. (GÓES, CUNHA, 2002, p.66).* Assim, a elite econômica brasileira conseguiu forjar o sistema de educação, já que era precária a fiscalização por parte do governo, e na seqüência do processo preparava os filhos da elite para o vestibular e assim estes alcançavam o ensino superior em detrimento das camadas sociais menos privilegiadas, que alcançavam ao máximo, o ensino técnico, já que este tinha um caráter compulsório.

A crise mundial em 1973 e o declínio da economia brasileira intitulada como Milagre Econômico foram fatores que também ratificaram para o declínio do ensino tecnicista brasileiro, em virtude dos investimentos e manutenção do sistema de educação tornarem-se altos e os recursos financeiros pífios através do Estado. Concomitantemente uma série de estudantes habilitados não tinham como praticar os seus precários conhecimentos frente a uma indústria possante que se renova a cada momento. Os egressos, do segundo grau, das escolas públicas, não obtinham um conhecimento de maior projeção, ficando circunscrita a sua área.

A educação nos anos de 1980. Para relatar de forma compacta, requer uma abordagem da década de 1970, já que essas décadas se entrelaçam em termos de acontecimentos políticos através dos movimentos populares. Esses movimentos de natureza urbana, oriundos de sindicatos, associações, organizações diversas foram marcantes entre os anos de 1970-1980.

É muito provável que na história política do país o período entre 1978 e 1985, portanto entre as greves do ABC e a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, fique marcado como momento decisivo na transição para uma nova forma de sistema político (SADER, 1988, p. 26).

O modelo econômico do sistema vigente encontrava desgastado politicamente, e a população reclamava por demais em prol da democracia para, assim, obter vez e expressar-se, indo contra o processo centralizador e autoritário. *Colocaram a reivindicação da democracia às esferas da vida social em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações de bairros (SADER, 1988, p. 313).* Esses movimentos eles partem do periférico para o centro, e congruem com vários outros movimentos sociais, ou seja há uma interpolação entre os movimentos de cunho reivindicatório, conforme exposição de Doimo (1995). *Movimento do Custo de Vida; Movimento do Transporte Coletivo; Movimento Contra o Desemprego; Movimento de Saúde; Movimento de Moradia. (p.129).* Juntaram-se a esses movimentos ONGs, a ala progressista da Igreja Católica, pois se percebe tamanho era o desprezo do estado, na fase vigente para com o povo. Esses movimentos e ações por parte da organização civil solaparam o sistema autoritário e centralizador do Estado brasileiro.

O ano de 1982 foi importante em termos do processo de democratização. Nesse ano restabeleceu-se eleições para os governos estaduais, e o MDB com nova sigla, torna-se PMDB, com isso traz para o partido todas as reivindicações da sociedade

brasileira, como uma espécie de guarda-chuva. *Já a partir de 1982, com o estabelecimento dos primeiros governos estaduais do PMDB, um aparelho do estado transformado começou a abrir-se para reconhecer a legitimidade das organizações populares e incorporá-las em sua própria dinâmica (SADER, 1988, p. 134).*

São esses movimentos citados acima, que terão novos personagens contendo várias reivindicações de melhoria de toda a ordem na órbita social e espaço democrático para debates políticos. Sendo assim, aparecerão movimentos em prol de uma escola democrática, e que atendesse as necessidades da população menos abastada da sociedade brasileira, e os movimentos em prol da escola pública atuante apareceram na Assembléia Constituinte.

1.1 A educação dos anos de 1980 rumo à gestão democrática.

Inúmeros foram os movimentos, sociais nessa década⁶, que questionaram o governo e concomitantemente formaram comissões, uniram-se em organizações, em busca de uma escola que realmente atendesse o anseio de todos de uma forma igualitária e que de fato oferecessem oportunidades concretas em termos de participação e inserção, não só dos discentes em si, mas da comunidade como o todo, e essa escola ofertasse uma boa qualidade de ensino/aprendizagem para as camadas sociais menos favorecidas da sociedade brasileira, de caráter irrestrito enquanto ensino público gratuito e laico.

Há de convir que mesmo com o “clima” de democracia que pairava sobre o Brasil nessa mesma década, isso conforme desgaste do militarismo, e, o crescimento e afirmação dos Partidos políticos de oposição como o PMDB, PT, PTB e outros do gênero. Mas forças conservadoras, ainda impunham sobre a educação, para que esta permanecesse de caráter privatista, com pouca participação popular (participação democrática), e ficasse restrita aos interesses de grupos corporativistas na esfera educacional.

Esses grupos (confessionais e privatistas) temiam a retirada desse poder (da educação) sob o seu controle, e nas esferas de governos a influência de política partidária, ou seja, havia uma mescla de total interesse. Para isso, Cunha (2003), enfatiza de acordo com a Carta de Goiânia da IV CBE.

⁶ Ver: GOHN, M.G. 1994.

(...)pois mesmo a eleição dos governadores de 1982 e chegada de um Presidente da República Civil 1984, depois de 20 anos “ o governo federal e os governos estaduais continuavam a recorrer a programas de “impacto político” e de favorecimento a grupos que colocavam a educação a serviço de interesses menores (p. 96) .

Ou seja, esse período o país encontrava-se as “vésperas” da redação da Carta Magna, que resultaria a CF-88.

A Carta de Goiânia de 1986 traz elementos pertinentes, enquanto no campo de proposta, sobre gestão democrática, devido ao grau de consciência dos idealizadores e participantes ⁷. A referida Carta tratava de uma maneira geral da Educação Infantil à Educação Superior, perpassa pelos investimentos e financiamento para a escola pública, no qual a proposta de número 19, já que a pesquisa se trata do estudo de gestão democrática. *O Estado deverá garantir à Sociedade Civil o controle da execução da política educacional em todos os níveis (Federal, estadual e municipal), através de organismos, colegiados, democraticamente constituídos (CUNHA, 2001, p.96)*. Como se trata de propostas que foram todas levadas a Assembléia Constituinte foram postas para discussões e debates, o que significa que todas as propostas da Carta foram aprovadas na íntegra, pois houve modificações, algumas sensíveis, outras mais densas devido as correlações de forças que ora encontravam-se em disputa.

De acordo com o processo democrático, as discussões, os debates, as correlações de forças são práticas inerentes desse processo. Na questão em voga, ao tratar-se de gestão, houve grupos conservadores que foram de contra a proposta discutida em primeiro plano. *Gestão democrática do ensino com participação de docentes, alunos, funcionários e comunidade (CAMARGO, 1995, p. 102)*, pois entendia que o aluno participaria de um princípio democrático ainda na escola, bem como a participação da comunidade, e demais membros que transitam nas escolas.

No campo conservador, as entidades de iniciativa privadas e bem articuladas com a Igreja Católica, contrapõem-se a esse princípio democrático, pois entendiam que poderia haver uma interferência por parte de terceiros em seus “negócios”. Por outro lado, com a participação de grêmios estudantis, sindicatos dos professores, organização de pais, considerados a ala progressista, intensificam calorosos debates com a ala conservadora, e finalmente na Constituição definitivamente fica registrado, *gestão democrática do ensino público na forma da lei(CF-88, art. 206)*.

⁷ Ver. CUNHA, L. (2001).

1.2 Constituição Federal de 1988 e a Gestão democrática

O intuito não é pormenorizar a CF-88, mas abordar posições que indique a gestão democrática, em alguns pontos, ao menos na inserção de faixas etárias que até aquele momento não eram contempladas pela legislação do ensino brasileiro.

A sociedade civil marcou de forma salutar, a passagem e presença na elaboração da Carta Magna de 1988. Trata-se de uma participação não vista anteriormente, na construção de uma constituição, mesma aquelas que foram regidas em pleno “calor” da liberdade e expressão por parte do povo brasileiro, dito em pleno processo de abertura política. No campo da gestão escolar, esse princípio foi inédito até aquele momento.

Diversas são as possibilidades de entendimento acerca do princípio da gestão democrática da escola inscrito na Constituição Federal de 1988. Um aspecto histórico merece ser destacado de imediato: nenhuma Constituição Federal anterior fez menção a este princípio (CAMARGO, 1997, p. 100).

Esse princípio, destacado por Camargo (1977), foi fruto de um trabalho incessante dos movimentos sociais de matizes, dos mais diversos lugares do país, sem enumerá-las, que lutaram em prol da inserção das crianças e jovens da camada menos favorecidas em direção à escola.

E esses movimentos foram ao encontro da escola, que realmente apresentasse um ensino de qualidade, de caráter público estatal, gratuito e laico, mas que fossem inseridas todas as faixas etárias, pois assim destravou o que a Lei 5692/71, descrevia. Ensino gratuito de sete aos catorze anos.

Assim o direito à educação pública e gratuita, foi estendido para todas as faixas etárias. O Artigo 208, Inciso IV, assim refere-se à Educação Infantil. *Educação infantil, em creche e pré-escola, as crianças de 6 (seis) anos de idade⁸ (CF-1988).* Anterior a esse período, essa modalidade de ensino era de cunho assistencialista, atendidas por entidades filantrópicas. Carecia de uma quantidade maior de educadores especializados, já que parte desses eram voluntários, até mesmo pelas circunstâncias que ora estavam inseridos; o Estado atendendo como forma de complementação para com os gastos, sem uma maior interferência, e, ou controle. A partir da Constituição vigente, essa modalidade da educação ficou sob a responsabilidade do Estado na esfera do governo municipal

No mesmo Artigo no Inciso I, aborda as questões do ensino fundamental que estendido a todos. *ensino fundamental obrigatório e gratuito assegurado, inclusive sua*

⁸ A partir do Projeto 414/08, essa modalidade vai até aos cinco anos de idade.

oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso a idade própria. (Idem). Universaliza-se o ensino fundamental, justamente onde congrega – crianças e adolescente - e oportuniza os seres humanos que não obtiveram a facilidade ou oportunidade de estudar na sua idade correlata.

Quanto ao Ensino Médio, última etapa da Educação Básica, do ensino regular, essa não é compulsória, Ver Art. 208, II, *progressivo universalização do Ensino Médio gratuito (Idem)* Para efeito de reflexão, mesmo não obtendo “status” de compulsória, mas o estado já oferta essa modalidade de ensino de caráter gratuito, nas suas unidades de ensino.

A EJA (Educação de Jovens e Adultos), também é outra modalidade semelhante à Educação Infantil. Pois havia projetos de governos e investimentos por parte do estado; ensino ministrado muitas vezes por entidades filantrópicas; aulas lecionadas por professores leigos, porém sem uma profusão dessa modalidade da educação e sem uma estatística fidedigna. Mas a partir de 1988, o Estado passou a responsabilizar-se por essa modalidade de ensino, inseri-lo no seu sistema de ensino oficial, e a investir em recursos de toda à ordem.

1.3 Reforma do Estado dos anos 1990:

Trata-se de um tema de alta complexidade, pois envolve as políticas econômicas e financeiras das décadas de 70 e 80, não só do Brasil, mas de diversos países do globo. A reforma engloba os estados capitalistas desenvolvido, em desenvolvimento (Brasil), até mesmo os países do bloco socialista, foram atingidos pela discussão em voga. Uns teóricos descrevem que a crise foi derivada dos estados nacionais, que intervieram nas políticas econômicas ainda nos anos 50 e 60 e, conseqüentemente, promoveram o estado de bem-estar social; outros teóricos acreditam que a crise foi decorrente de acúmulo exacerbado do capitalismo, que desde o os primórdios dos anos 70, já dispunha de forças para implementar as políticas de cunho globalizado, que enfraqueceram os estados-nacionais. Independente do causador da crise se foi o Mercado ou o Estado, ou até mesmo um conjunto de fatores, por certo, houve uma diminuição das taxas de lucros – óbvio do sistema capitalista – que em face desse decréscimo de taxas desencadeou uma série de crises, que resultou em verdadeiras reformas dos estados ao longo dessas três décadas.

Na década de 1990, o governo Fernando Henrique Cardoso, (FHC) é eleito em 1994, para o executivo federal. Em suas políticas de governo foi a criação do MARE

(Ministério da Administração e Reforma do Estado), que teve como Ministro da Pasta o Sr. Bresser Pereira.

Desenha a partir de então um estado gerencial, em que atividades de cunho social serão trasladadas para a esfera da organização da sociedade civil ⁹. A educação está inclusa nessa organização social, juntamente com hospitais públicos, museus, televisão cultural e educacional e outros do gênero, pois segundo Bresser Pereira, dentro do estado, há uma série de atividades sociais e científicas que não lhe são exclusivos, que não envolvem poder de Estado.

O governo tem como objetivo, tornar esses serviços sociais de cunho gerencial, descentralizado e flexível.

O objetivo da Reforma do estado, segundo o documento, é reforçar a capacidade de governabilidade do Estado, através da transição programada de um tipo de administração pública, burocrática, rígida e ineficiente, voltada para si própria e para o controle interno, para uma administração pública gerencial, flexível e eficiente, voltado para o atendimento da cidadania (PERONI, 2003, p.91).

Na vertente para Educação brasileira, segundo os protagonistas, seria a publicização o caminho viável no quadro da reforma do Estado para, assim, esse mesmo Estado tornar-se eficiente.

Então a publicização – são atividades que não ficariam no monopólio do estatal, também estariam inclusas as universidades públicas, como também não justificaria a sua privatização - Nessa posição dos fatos, haveria a uma transferência para o setor público não-estatal, com verbas do Estado, mas com princípios e gestão de caráter de natureza privada.

O Estado por seu turno reduziria o seu custo e aumentaria a sua “eficiência” dos diversos serviços, que são de direito dos cidadãos brasileiros e, conseqüentemente, a esfera privada, de forma implícita, administraria esses recursos do Estado, com uma essência capitalista. Assim a palavra de ordem a partir daquela fase é a flexibilidade, descentralização, autonomia e outras situações do gênero, esse discurso implica de forma direta tanto na Legislação para Educação, quanto para as políticas internas das instituições escolares.

⁹ Sociedade civil entendida como a sociedade que, fora do Estado, é politicamente organizada, o poder nela existente sendo o resultado ponderado dos poderes econômico, intelectual e principalmente organizacional que seus membros detêm.

A título de reflexão, o que pode extrair dos estudos a partir dessa fase, é que o Estado tenta desobrigar-se e desresponsabilizar-se das questões ditas sociais, incluindo a educação escolar pública. Ficou caracterizado que o Estado descentraliza os recursos, frente a crise desse mesmo período, porém as decisões macros, de legislação, diretrizes e bases ficam concentradas em poder do executivo federal.

1.3.1 A Reforma do Estado e a gestão democrática.

Diversas foram as implicações da Reforma do Estado para a gestão democrática, nos anos 1990. No âmbito das políticas da educação pública brasileira, desenha-se uma política econômica não só para o Brasil, mas para a América Latina, ao tratar-se da educação básica, destaca-se o Ensino Médio, em que os egressos fossem integrados de certa forma, ao moderno processo produtivo, entendido como dinâmico, no universo das novas tecnologias. Então, nessa atmosfera, a educação é interpretada como esteio para o desenvolvimento econômico de acordo com Oliveira:

A educação é percebida como um componente essencial ao desenvolvimento econômico à medida que exerce forte influência sobre a imersão tecnológica, a difusão de inovações, a aptidão empresarial, os padrões de consumo, adaptabilidade às mudanças econômicas e a participação ativa dos distintos setores sociais nas tarefas do desenvolvimento. Considerando indispensável um nível relativamente alto de educação geral, tanto primário quanto secundário (OLIVEIRA, 1997, p. 79).

Percebe-se uma educação induzida, e com pouca desenvoltura voltada para a transformação social do sujeito. Em virtude de esta educação ser implementada com padrões organizados e pré-estabelecidos por correntes políticas e econômicas, voltadas para o Mercado (produção/consumo). Nessa perspectiva a educação tornou-se adjunta ao processo econômico, de cunho tecnológico e voltado para o pragmatismo (consumo e das adaptações inerentes ao processo do capitalismo).

Esse discurso irá influenciar, nessa mesma década, a gestão no seio da Escola Pública que trará novas abordagens, e uma nova leitura para sua compreensão no tocante à descentralização e autonomia no âmbito das instituições escolares públicas. Nessa atmosfera de acontecimentos, muda-se a política de governo no executivo federal, que tende a descentralizar paulatinamente as ações do Estado, em maior ênfase a esfera social que transfere parte de serviços para organização civil, privatizações de bancos e empresas estatais. Vale ressaltar que essas mudanças ocorridas passaram por discussões e votações no Legislativo.

O modelo centralizador composto de decisões concentradas e burocráticas, que são típicos da maioria dos Estados, entraram em “crise” nos anos de 1990 (destacamos os países da AL), pois as correntes liberais entendiam que a descentralização e a desconcentração seria “benéfica” para o Brasil, como espécie de palavra de ordem inserida naquela fase histórica. É propagado nos discursos políticos e de diversos setores da economia, cujo entendimento que esse seria o caminho ideal, o país deveria prosseguir para sua modernização. Mesmo se corporificando ao longo dos anos de 1990, no governo de Fernando Henrique, mas abertura da economia brasileira para integrar à esfera financeira mundial, deu-se no governo de Fernando Collor.

Nesse mesmo período a economia brasileira através do sistema financeiro, integrou-se ao capital financeiro internacional; a importação de tecnologia foi marcante também nessa fase, em destaque para o setor automobilístico; mudanças no sistema previdenciário; privatizações de bancos e de empresas de recursos minerais estatais e outras mudanças que aqui não tem como enunciar, mas foram de caráter estrutural, para o país.

Concomitantemente aos acontecimentos do período, o Estado brasileiro que dava apoio às empresas domésticas, em termos de incentivos de toda a ordem, no decorrer dos anos 1990 se tem a concorrência internacional. Nesse contexto as empresas locais foram cooptadas por corporações e grupos multinacionais, pois esses possuíam uma maior envergadura em termos de estrutura de capital, até mesmo pela política de câmbio exercida pela economia brasileira que facilitou a entrada desses grupos internacionais.

Nasce assim a gestão flexível em que o Estado é “afastado” do seu papel implementador, para ser suplente, ou seja, para realizar um papel de coadjuvante das políticas econômicas de cunho neoliberal. Na sequência dos fatos as questões sociais, estas o Estado tenta tirá-la do seu centro, transferindo parte da responsabilidade para esfera da organização civil.

Então veremos como a escola é inserida nesse contexto:

... novos modelos de gestão do ensino público, calcados em formas mais flexíveis, participativas e descentralizadas de administração dos recursos e das responsabilidades (...) na gestão da educação pública, os modelos fundamentados na flexibilidade administrativo podem ser percebidos na desregulamentação de serviços e na descentralização dos recursos posicionando a escola como núcleo do sistema (Idem, p. 90 – 91).

Então a partir desse momento, o planejamento uniforme, centralizado, por parte dos sistemas de educação, não corresponderam com as expectativas daquela fase, pois o

Planejamento, as tomadas de decisões seriam viabilizadas, conforme a realidade circunscrita de cada unidade escolar. *O debate atual gira em torno de um mínimo de investimentos, mas cada escola, cada município, cada estado, gestará sua política de acordo com as suas potencialidades (Idem, p. 97).* Segundo Oliveira (1977), esse modelo de descentralização, presumia uma integração social, e uma participação das comunidades circundantes à escola, mas isso não aconteceu no campo concreto das ações e, sim, ficou na esfera político-administrativo e no campo dos discursos.

A desconcentração de certas decisões a descentralização dos serviços, a participação da sociedade na condução dos processos, vem sendo sistematicamente incorporados às reformas administrativa no setor educacional, sem no entanto incorporar efetivamente os segmentos sociais e suas representações (p.95).

O sistema escolar por seu turno recebe os reflexos da sociedade, e, é levado como política para o seu cerne. A descentralização administrativa, bem como a captação de recursos em outras esferas , que poderiam ser de: empresas estatais a grupos corporativos de iniciativa privada. *No caso da educação, a descentralização passa então nortear as reformas propostas para a organização e administração do sistema de ensino, seguindo as orientações gerais no quadro de reforma do Estado (OLIVEIRA, DUARTE, 2005, p.288).* Nesse contexto encontram-se “parcerias” de empresas privadas avaliando a escola emitindo pareceres para o MEC, como uma espécie de “gestor”. Mas essas iniciativas privadas possuem uma estrutura em que a racionalização impera em seu cerne, portanto o discurso de gestão é sempre de economizar e não de investir.

A escola pública como centro de gestão requererá dos agentes e atores sociais cômicos, um desdobramento e uma integração nas suas respectivas unidades escolares. Isto porque os recursos que o Estado liberará para as instituições são pífios e boa parte das vezes não passará do mínimo, o que é preocupante para a formação dos discentes, em razão que os maiores frequentadores da escola pública são oriundos das camadas sociais menos abastadas da sociedade brasileira. Por outro lado, a gestão democrática dá condições da escola gerir os recursos a ela destinados, ao menos os previstos em lei ou recursos extras que ora são direcionados para o seu bojo.

2 O conceito de gestão democrática.

Gestão está relacionada na própria administração de negócios, como forma de gerir todos os recursos envolvidos para atingir um determinado objetivo. Ao transportar esse debate para o bojo da escola pública, é adequado qualificar o termo, por isto o uso de idéia de gestão democrática. Tal expressão no âmbito educacional significa administrar os Recursos Humanos, Pedagógicos e Administrativos, ou seja, todos elementos materiais e conceptuais, estão dispostos no interior das instituições escolares, e precisam ser geridos de forma autônoma e com racionalidade, através de seus membros cômicos, o que não isenta, em certas situações a investida dos órgãos superiores à escola, em auxiliar de uma forma transparente com diversos incentivos à gestão democrática.

Mas o processo de gestão democrática, não é realizado no contexto vazio, sem nexos, e, ou realizado baseado simplesmente na lei, que, diga-se de passagem, dá o esteio e as garantias para o desenvolvimento da gestão escolar. Porém faz-se necessário que ferramentas e processos complementares à gestão, sejam incorporados e dinamizados de uma forma e contexto compreensivos no seio das camadas menos privilegiadas, e de cunho transformador. Então nesse contexto as leis, serão preponderantes para o exercício da democracia no âmbito das instituições. Enfim trata-se trabalhar em conjunto, com sujeitos cômicos, de forma solidária, com participação irrestrita, das respectivas comunidades, entendida como interna e externa à escola.

As relações no cerne das escolas públicas no contexto da gestão democrática recebem reflexos das políticas sociais e econômicas vigentes. Por isso, a coesão a responsabilidade dos sujeitos que ora estão imbuídos no processo democrático (comunidade, escola e país), é de suma importância. Por que gestar vai além de administrar os recursos mensuráveis, pois o caráter de gestão participativa tem que ser de contexto de cunho integrador e transformador social, e garanta principalmente que os filhos das classes menos abastadas, obtenham uma escola pública de boa qualidade.

Paro (2003), traz-nos a seguinte situação para uma administração de cunho democrático: *Administração Escolar ser verdadeiramente democrática é preciso que todos os que estão direta e indiretamente envolvidos no processo escolar passam a participar das decisões que dizem respeito à organização e funcionamento da Escola (p.160)*. A partir da passagem de Paro, o corpo diretivo não seria o único responsável pela unidade escolar e, sim, os sujeitos e agentes envolvidos nesse labor, e, de forma recíproca, discutir e negociar a resolução de conflitos encontrados nas instituições escolares, se entende que ao abrir para debater e discutir certas situações, a envolver

direção e colegiado, já se tem um princípio de participação democrática. Embora, as decisões terão que ser tomadas em reuniões ou assembleias escolares¹⁰, em um contexto transparente, e não com decisões ou “agendas” previamente decididas. Nessa segunda situação tornar-se uma democracia “mascarada”.

2.1 Partir da realidade encontrada.

Sabe-se que as escolas públicas brasileiras, possuem diversos problemas, no contexto material ou imaterial, isso em face do Estado não liberara recursos suficientes das mais diversas ordens para as mesmas, exceto quando recebe pressão de toda à ordem, de uma determinada comunidade. Em virtude dessa situação, faz-se necessário que o colegiado da unidade escolar, em conjunto com o corpo diretivo, esteja em condições de debater todos os problemas existentes. É a partir do concreto, que a gestão democrática, passa ser exercida, pois não há um manual de forma homogênea que resolva todos e os mais diversos problemas das instituições.

A concentração e autoritarismo no bojo das escolas públicas já não possuem tanto espaço, em virtude da realidade tanto interna e externa à escola encontrar-se em constante metamorfose. Muito embora, possa haver resquícios de práticas autoritárias no interior da escola que pode ser exercido de forma mascarada e implícita, existem formas de gestão de acordo com o momento histórico, pois no presente momento estamos em pleno processo democrático, e, de certa forma, as camadas menos favorecidas da sociedade encontra-se em um processo de maturação, em reivindicar com veemência os seus direitos à uma educação condizente, não só na questão inserção, mas que seja uma escola de qualidade e que atenda os anseios dos seus integrantes.

Essas reivindicações eram ignoradas por parte do Estado em um passado não tão distante, nem havia reivindicação coesa que emergisse das camadas sociais menos favorecidas. Portanto, o autoritarismo, a centralização exacerbada, o controle unívoco, através da figura do diretor, dá lugar para a gestão em que o explícito prevaleça, e que a movimentação, a organização gire em torno de uma escola que garanta uma boa qualidade a todos que nela estejam participando.

Dando ênfase a gestão democrática Ferreira & Aguiar (2001), enriquece o contexto de administração no seio das organizações. *A gestão democrática deve ser*

¹⁰ A Assembléia da Comunidade Escolar é uma reunião organizada pelo menos uma vez ao ano, contando com a presença de todos as pessoas que constroem a Escola diariamente, ou seja, professores, funcionários, alunos e seus familiares, equipe pedagógica e direção. *Conselho de Escola: construindo a democracia*. UFPR, SISMMAC & SISIMMAR. Curitiba: UFPR, 2001.

compreendida não apenas como princípio do novo paradigma, mas também como objetivo a ser perseguido e aprimorado, além de configurar-se como uma prática cotidiana nos ambientes educativos (p.165), ou seja, o contexto de gestão não fica paralisado no campo das idéias, ou na construção de um novo paradigma, a sua prática o seu desenvolvimento está no dia- a -dia.

A gestão democrática precisa ser construída de acordo ou conforme a realidade e peculiaridade da organização escolar para isto entende-se que a participação e a inserção dos sujeitos cômicos torna-se preponderante, porque há o exercício da política de uma forma coletiva, pois através das reuniões, e da participação em assembleias desenvolve-se, de forma paulatina, a condição do sujeito hábil em debater as questões que são inerentes, à escola, e de interesse da comunidade. E o desenvolvimento da capacidade de debater pode e deve ser transportada de forma coerente para outras instâncias da sociedade brasileira. Essa construção, esse conjunto de tomada de decisões, por mais que possa parecer espontânea, existem normas institucionalizadas, conforme Legislação vigente, que dá esteio para o processo de gestão democrática concretizar-se. E a partir de princípios e normas, as decisões pré-estabelecidas, passam por votação e discussões, o que não impede que ao longo do processo possam ocorrer mudanças para atingir os objetivos propostos.

Paro (2003), traz para discussão um fator de grande relevância que é a transformação social, porque, independente do labor diário, ao tratar-se de uma administração escolar transparente, participativa e que integre a comunidade, o fator da transformação social que em primeira situação é local, é uma grande preocupação do autor. *É preciso, pois, resgatar na teoria e na prática, administração enquanto momento fundamental no processo de transformação social (p.157)*. Ou seja, essa transformação num contexto processual, não exige a especialização do sujeito, em ser tecnoburocrático, como ocorreu com a estruturação dos ensinos de 1º e 2º graus da educação brasileira nos anos 1970, mas que combine a proposição de objetivos identificados e perseguidos, concomitantemente a transformação social, e que esses elementos sejam concretos para a prática da administração escolar. Faz-se necessário o desenvolvimento dessas práticas, muito embora os resultados não apareçam de forma imediata, pois esses são de longo prazo.

A gestão democrática tende a ser humanista e inovadora. Mas para tornar-se concreta faz-se necessário criar meios para que elementos materiais e conceptuais se realizem. Por outro lado, o trabalho não pode ficar inerte, porque tende a petrificar-se ao

longo do caminho, por isso, na administração democrática, sempre há de ser revisado e renovado quando necessário.

Outra maneira de interpretar a gestão democrática é o seu papel de (re) educação política de cunho participativo e integrador. Muito embora outras instâncias da sociedade também pudessem promover a democracia, mas não alongarei nessa posição. A escola pública por seu turno, ao menos no seu espaço, tem como umas das suas obrigações a de promover, fomentar e criar espaços para discussões e debates de acordo com os seus propósitos e necessidades.

Estudos e pesquisas de historiadores e sociólogos brasileiros relatam que o povo brasileiro, na maioria das vezes não participou de forma direta como protagonista, nas decisões que sejam políticas e econômicas, pois sempre ficaram nas franjas do processo, e, ou eram mera “massas de manobras” de algum seguimento da elite brasileira. Entre várias situações que pode ocorrer no desenvolvimento sócio-histórico de um país, na situação do Brasil, em que a quantidade de escolas não atingiam as camadas sociais menos favorecidas, foi um dos fatores que corroboraram para que a nossa sociedade fosse dual.

De um lado uma ínfima parcela da sociedade com uma educação seletiva, e do lado oposto a grande maioria, com uma educação elementar, no máximo a alcançar um aprendizado técnico de cunho mecânico, para realizar tarefas que foram desprezadas pela elite. Por isso, a importância da gestão democrática no seio da escola pública, de caráter libertador, baseado em uma estrutura de pensamento sólido, que de fato realize um trabalho concreto, e garanta a inserção e permanência e com qualidade, e que todas as parcelas sociais indiscriminadamente, sejam contempladas independentes do sistema escolar que organização escolar esteja inserida, ou, a esfera de governo que esteja como responsável diretamente.

2.2 Um ambiente salutar/ participação da comunidade.

As relações no âmbito da escola pública são um fato importante a ressaltar, pois um ambiente é salutar, quando dá condições de trabalho aos professores em todos os sentidos; relação corpo diretivo e pedagógico com os demais membros alunos, funcionários e comunidade também é preponderante para o exercício da cidadania (compreendido aqui no campo dos direitos e deveres).

A participação da comunidade e dos pais é de suma importância para o debate como também para inserção de novas propostas. Paro (2008), tece uma reflexão de

grande importância, que seria a mescla dos pais dos alunos e a comunidade, e os integrantes da escola da pública, porque a participação da comunidade não deve ser entendido de forma técnica, e sim uma contribuição de natureza política (...) *a grande contribuição dos usuários na gestão da escola deve ser de natureza eminentemente política. E como mecanismo de controle democrático do Estado que se faz necessário a presença dos usuários na gestão da Escola (PARO, 2008, p.52)*, ou seja, a comunidade é de supra-importância para a promoção, realização e efetivação da democracia, não só na defesa dos seus direitos de exigir uma escola de qualidade para os seus filhos, mas de forma ser inserido no processo de políticas e debates e enxergar o papel do Estado no contexto da Educação, perante a essa discussão, Camargo traz a seguinte reflexão:

A escola é também um espaço de vivência e de socialização, o que pressupõe um trabalho coletivo a ser realizado. Na busca desse objetivo é necessário que ela se transforme num ambiente facilitador e favorecedor de relacionamentos, isto é, que explore ao máximo a convivência das diferenças, favoreça a emersão madura de conflitos e contradições (p. 145).

As contradições que podem surgir no âmbito das organizações escolares, essas terão que ser superadas e trabalhadas, para perseguir uma melhor qualidade do ensino no âmbito das instituições escolares. Por isso, a gestão democrática, não está centrada na figura “A” ou “B” e sim em um corpo responsável (colegiado), e os sujeitos terão que encontrar-se preparados para superar as divergências que ora aconteça.

2.3 Projeto escolar e gestão democrática.

Existem vários instrumentos e ferramentas para perseguir uma boa qualidade de ensino, e empreender a gestão democrática, mas de forma sucinta traçarei o projeto escolar e sua vinculação com administração escolar comprometida com seus objetivos.

Através do Projeto Pedagógico da Escola, que as intenções e objetivos estão congregados, de uma forma estrutural e organizados. Pois se trata de um documento, ou, conjunto de intenções e realizações que pertence a escola, e, é de caráter unívoco.

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritária, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola (VEIGA, 2004, p.15).

O Projeto tem que ser constituído em um contexto democrático e superar a impessoalidade que ora venha emperrar a dinâmica da escola. Por isso, Veiga (2004), insiste na eliminação e superação, ao máximo de elementos contrários à gestão democrática no seio da escola pública. Entende-se assim, que um ambiente salutar promoverá debate e discussão voltados ao âmbito da escola, e enriquecedora de novos elementos e soluções cabíveis, para o momento vigente.

Segundo Camargo (1997), o conjunto de conhecimentos acadêmico e a experiência trazida pelos pais e membros das comunidades são salutareos, ou seja, há um equilíbrio, e não um conhecimento sobrepor ao outro, para a construção do projeto.

Do ponto de vista pedagógico é através da execução do projeto da escola, sendo este decidido coletivo e democraticamente, que ocorre a inclusão de todos (educador, educando e pais), ao “mundo dos saberes” (no qual, o regional, o popular, o pensamento sincrético fazem parte), ao “mundo do conhecimento” (composto pelo conhecimento histórico, o erudito, o científico, a norma culta, e com a utilização do processo dialético) e ao “mundo da política” (onde se entrelaçam a realidade local e as determinações mais amplas no âmbito estrutural e superestrutural). (CAMARGO, 1997, p. 147).

Isso significa que o projeto é construído e vivenciado em todos os momentos e por todos os envolvidos no processo educativo escolar, e de cunho democrático. Pois os conflitos e contradições terão que ser superados, em prol de alcançar os objetivos propostos. O conjunto de conhecimentos fazem parte da construção política tanto no modo das idéias quanto na forma de sua aplicação. Por isso, no atual estágio histórico há uma quebra do modelo autoritário em prol da criação de um novo padrão em que são proporcionados aos participantes, entendido como participação democrática.

Em suma não existe modelo homogêneo e unitário para a construção e desenvolvimento da gestão democrática. São os integrantes da comunidade escolar que darão o ritmo ao processo de democratização de acordo com as suas necessidades e realidade nas quais as escolas estão inseridas.

A busca de uma boa qualidade de ensino, no cerne da escola pública brasileira, torna-se evidente quando a gestão de cunho democrático passe realizar o seu trabalho de forma contínua para atingir os seus objetivos traçados no Projeto da Escola. E aí estão incluídas preferência e conjunto de idéias das personalidades envolvidas. As influências, que podem se expressar por meio de um consenso, tido como natural, ou através de votos vencidos, mas nasce, assim, a autonomia e independência no cerne da organização da escola pública. Os “erros” e possíveis equívocos serão revisados sem

constrangimentos, ser acrescentado, se necessário for, novos elementos para aquele determinado momento, e sempre debatido, discutido e questionado pelos membros representantes do colegiado.

Como política, a gestão democrática ela é imensurável, muito embora o seu trabalho apresente resultados em longo prazo, porém concreto. Porque não haverá um responsável, ou uma lei simples e determinada, mas políticas públicas que garantam a realização e a prática da gestão democrática. Ferramentas Programas e Planos promovidos pelas diversas esferas de governo, ou seja, são meios que serão dispensados para viabilizar o processo democrático e os membros (da escola e a comunidade circunvizinha), como agentes e sujeitos responsáveis em dinamizar esses meios para atingir os objetivos, traçados conforme a construção do projeto escolar.

3 O governo Lula e o conceito de gestão democrática na educação

A eleição do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Eleito através do PT (Partido dos Trabalhadores), no segundo turno do ano de 2002, e assumindo em primeiro de janeiro de 2003. Considerado um partido de esquerda e conseqüentemente, oposição ao PSDB, que até então para o período ficou no governo executivo federal por dois mandatos sequencialmente.

O PT participa das eleições para o executivo federal desde os fins dos anos de 1980, e chega ao poder no início do século XXI. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva é reeleito para o seu segundo mandato, em 2006, também em segundo turno, com mandato que irá de 2007, e encerrará em 2010, sem direito a reeleição.

No contexto das políticas sociais (inclui a educação), não é tarefa fácil de ser comentado, em pleno processo do então governo, devido à complexidade que ora encontra-se em trânsito.

O quadro social brasileiro é pautado no assistencialismo em que a pobreza extrema é “amenizada” através de Programas instituídos pelo governo federal. Essas medidas são implementadas desde o governo de Fernando Henrique Cardoso. O então governo Lula, na tentativa de melhorar essas medidas, procura trabalhar de forma direta, as questões da pobreza sem preocupar-se com as suas causas.

Mesmo com todos os esforços as políticas sociais não atendem o sujeito no contexto de libertar-se e tornar-se autônomo, pois o propósito dos Programas é manter a sociedade de forma “harmoniosa” para que, assim, não haja uma convulsão social. porque o desemprego e sub-emprego (emprego informal), estabeleceram-se nos centros

das capitais brasileiras. Então o mecanismo de regulação dessas políticas sociais, segundo Oliveira e Duarte (2005), seria para aliviar o pauperismo. *As políticas sociais na realidade brasileira atual visam prioritariamente o alívio à pobreza, a retirada da condição de miséria daqueles que sequer conseguiram alcançar as condições mínimas de sobrevivência (p.285)*, sendo assim, os autores da citação, acreditam que o atual governo, utiliza uma remodelagem das políticas sociais implementada por FHC, porque ainda existe um alto índice de pessoas a baixo da linha da pobreza. *A orientação percebida nas ações do governo Fernando Henrique Cardoso e que certa medida, têm sido levadas a termo no atual governo Luiz Inácio Lula da Silva, no que se refere à condução das políticas sociais em geral no Brasil, revela clara escolha (OLIVEIRA, DUARTE, 2005, p.285).*

Toda essa situação segundo Oliveira e Duarte (2005), foi o fato das lutas e pressão sobre o Estado durante as décadas de 70 e 80 e na CF-88, conseguem espaço e cobertura universal por parte do Estado brasileiro no campo das políticas sociais na: educação, habitação, previdência e outros do gênero, porém esses direitos foram interceptados nos anos de 1990, por meio de cortes de verbas e de recursos de toda a ordem. Pois o governo daquela fase, do presidente Fernando Henrique Cardoso, entendia, que essas ações sociais, entram na esfera de despesas. Então o Estado deixa de agir diretamente, transferindo parte dos serviços sociais, sob sua responsabilidade, para organizações da esfera civil. Nessa atmosfera dos acontecimentos, o Estado isenta-se parcialmente da área social, e implementa uma série de Programas para amainar o quadro da pobreza no Brasil.

Para um rápido entendimento percebe-se que o governo que precedeu Luiz Inácio Lula da Silva, “remodelou” o Estado montado na Era Vargas através de mecanismos jurídicos, administrativo e político; as políticas econômicas, de cunho neoliberal, que foram inseridas na América Latina, na década de 1980, e com veemência a partir dos anos 1990, e deixou as sequelas sociais para a década seguinte. E setores atingidos como a educação e saúde o governo atual, tenta resgatar algo que sobrou nessas políticas de cunho liberal, mas devido o agravante das condições sociais para uma boa parte dos brasileiros, o governo Lula, emprega os mesmos mecanismos do antecessor, mas de forma mais pragmática.

3.1 Programas de Fortalecimento da Gestão Democrática na Escola Pública.

A gestão democrática, política essa já abordada na Legislação, redigida na Constituição Federativa do Brasil de 1988 e ratificada na LDB 9394/96, contextualizam-se conforme a peculiaridade de cada região, município, escola e a forma como esses agentes se intercambiam.

O estudo até o presente nos dá condições, através de embasamento, em que períodos anteriores da história da educação brasileira, não ocorrera uma participação ímpar dos agentes e sujeitos imbuídos, e com o propósito de traçar e cumprir com os objetivos, pré-estabelecidos. O apoio das esferas de governo também é um fato inédito sempre em busca de uma escola de qualidade para que os filhos e filhas da classe menos abastadas sintam-se realmente assistidos, como de direito, no seio da escola pública, muito embora essa escola real não os atenda de forma ideal. A complexidade do mundo contemporâneo, faz com que enxerguemos a escola em uma dinâmica, para assim enfrentar momentos de desafios, peculiares da própria sociedade em que estamos inseridos. Esses desafios são mutantes em pouco espaço de tempo, talvez até pelo próprio processo de desenvolvimento tecnológico, e outras imbricações inerentes do processo democrático, esta no campo político e aquele na esfera condicionante das novas tecnologias.

Como a escola reflete ao seu tempo, esses desafios são que os sujeitos conscientes devem entender e priorizar em benefício de toda a comunidade escolar (inclusive extra-muro). Percebe-se ao longo desse trabalho, que correlações de forças, sempre impuseram e designaram, sobre o Estado, algumas vezes explicitamente e outras implicitamente, e a educação condicionada para uma ínfima camada da sociedade, em detrimento da maioria que fora posicionada às margens do processo educativo, sem obter oportunidade de freqüentar a escola. Portanto, os atuais projetos, planos e ações, voltados para as escolas públicas e promovidos pelos governos, são processos que os atores sociais devem participar de caráter irrestrito, com o intuito de dinamizar o processo democrático, no seio de nossas escolas públicas.

Fortalecimento Institucional e Gestão Educacionais, é um dos planos do MEC (Ministério da Educação e Cultura) do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, que estimula e fomenta a gestão democrática, nas instituições de ensino público – estaduais e municipais – através três programas que abordarei, em síntese apertada, mas de valor qualitativo e que servirá de novas investidas para outros trabalhos, que são: PDE-Escola (Plano de Desenvolvimento da Educação-Escola); Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares; Programa Nacional de Gestores da Educação

Básica. Mas para salientar existem outros programas, planos, ferramentas e seguimentos da própria escola que realiza a gestão democrática.

Esses programas são coordenados pela CGGE (Coordenação- Geral de Gestão Escolar), e todos estão vinculados à Secretária da Educação Básica, a Coordenação tem como uma de suas tarefas implementar as políticas de gestão, traçar os objetivos, acompanhar o desempenho dessas mesmas políticas e a resultante no âmbito das instituições escolares, através de técnicos das secretarias e das próprias escolas.

Conforme projeção do MEC, os programas visam implementar a política de gestão democrática em todo o território nacional. E tem como uma das funções, de corrigir possíveis faltas que ora apresenta no seio das instituições, independente da sua natureza que seja materiais ou conceptuais, e todo esse trabalho, estão no âmbito das organizações escolares tanto estaduais, quanto municipais da que circunde a Educação Básica. Em caráter sumário, os programas visam: detectar as escolas de maior carência nos campos materiais e imateriais; fortalecimento dos conselhos de escolares; ofertar cursos de aperfeiçoamento para os gestores das respectivas instituições; a qualificar a formação docente e rever as questões das edificações e outras de tamanha importância. E o propósito desses programas é de ofertar uma boa qualidade de ensino aos educandos.

3.1.1 PDE- Escola (Plano de Desenvolvimento da Educação- Escola).

Este programa engloba várias ações e medidas sempre em busca de uma boa qualidade do ensino público. Esse conjunto de medidas é tomado mediante situação assimétrica, que comprometa a educação, dando ênfase às escolas públicas tanto na esfera estadual como municipal em todo território nacional, sempre com apoio da União, através do MEC. Ou seja, as esferas de governos se comprometem e alinham-se com intuito de elevar a qualidade do ensino brasileiro, que seja no contexto financeiro, e, ou técnico.

O PDE-Escola, que fora levantada e diagnosticada no ano de 2005, e essa ação iniciada no ano de 2007. *O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) ajudará melhorar a qualidade do ensino em 9.861 escolas municipais e estaduais, identificados como de atendimento prioritário, localizado em 2.574 municípios do Brasil (MEC PDE-Escola).* Mediante situação explícita, o MEC liberou verba suplementar de R\$ 300 milhões, para essas instituições, a título de reforçar autonomia das escolas em termos de gestão. Porém só 2.196 escolas receberam os recursos ainda

no ano de 2007 quando foi destinado um montante de R\$ 60 milhões para o programa; as demais 7.655, receberam os recursos no ano de 2008.

Para efeito de esclarecimento as primeiras unidades escolares que receberam as verbas, (2.196), foi fruto do trabalho apontado através do Índice do Desenvolvimento da Educação (IDEB), do ano de 2005¹¹, em que apontou o baixo rendimento dos alunos das escolas básicas tanto das escolas municipais e estaduais. Esses Índices foram diagnosticados através da Prova Brasil – 2005. Dados compilados ao longo de 2006, e ano de 2007, através de várias reuniões a envolver o MEC, e secretários dos sistemas de ensino tanto das redes municipais e estaduais efetivaram uma Ação Emergencial com intuito de diminuir o desequilíbrio apontado nas 9.186 escolas públicas a princípio. Mas outras organizações escolares serão beneficiadas conforme diagnóstico negativo apontados que venha afetar o ensino/aprendizagem, que seja em ajuda financeira ou técnica, podendo ser uma situação material ou conceptual.

De acordo com o próprio governo federal, o PDE-Escola é uma ferramenta de cunho gerencial. Encontra-se aí uma relação complexa, porque por um lado os recursos financeiros e técnicos são para fortalecer a gestão na escola, e que esta torne-se “autônoma”. Por outro lado, o resultado será imediato, pois todas as ações são monitoradas pelas secretarias de educação envolvidas, em que técnicos e administrativos são treinados com o intuito de perseguir os resultados pré-estabelecidos (evitar índices de repetência e evasão escolar, p. ex.) *O Plano de Desenvolvimento da Escola , PDE- Escola é uma ferramenta gerencial que auxilia a escola realizar melhorar o seu trabalho: focalizar a sua energia, assegurar sua direção em resposta a um ambiente em constante mudança (MEC PDE-ESCOLA 2008).*

Mas a escola não resume em perseguir só resultados, pois em seu meandro existem várias outras situações de caráter peculiar nas instituições, e até mesmo extra escola, que irão refletir no bom desempenho de seus discentes ou não. Ficar restrito a Índices, muitas vezes não revela os bastidores das organizações. Haja vista, que o descaso com as escola pública, segundo Paro (2008), foi desde quando essa instituição (escola) tornou-se mais acessível e democrática com a inserção em larga escala pelos filhos das classes menos abastadas da sociedade brasileira, isso deu-se em torno das décadas de 1950 e 1960.

O IDEB tende a perseguir o índice 6,0 (seis). Esse índice é o mesmo dos países desenvolvidos quem fazem parte da Organização para a Cooperação e o

¹¹ Ver IDEB 2005, 2007 e Projeções para o Brasil

Desenvolvimento Econômico, (OCDE). Em face da média brasileira, IDEB-2005, ficou em 3,8 (três inteiros e oito décimos)¹² e a nossa meta segundo o MEC, é alcançar no bicentenário da Independência do Brasil, em 2022, o mesmo índice dos 20 países industrializados, obtiveram em 2005, ou seja, Índice 6,0 (seis).

Os índices são realizados a cada 02 anos, e envolvem estados, municípios e escolas e servirão de parâmetros para novas investidas por parte das esferas de governos, de posse desses dados, de essencial relevância, o PDE-Escola agirá com Programas, Planos e Ações condizentes com a realidade de cada município e escola. Essas iniciativas são salutares, mas não se pode ficar restrito só aos gráficos ou aos números, pois sabemos que a escola envolve relações simples e complexas e muitas vezes imensuráveis, que os gráficos não revelam, e ainda pode ocorrer a emulação entre Regiões e escolas, situação essa, que o MEC procura realizar trabalhos para amenizar uma possível concorrência.

Portanto, os Índices apresentados apontando possível linha ascendente, pode trazer uma falsa interpretação só a título de prestação de contas para a sociedade.

A estratégia de relacionamento com os municípios é gerencial, estabelecendo uma relação direta com governadores e prefeitos. Segundo Amaury Patrick Gremand, diretor de Avaliação da Educação Básica do INEP, o objetivo é usar o sistema de avaliação para prestar conta à sociedade, introduzir a transparência e comprometer as pessoas de um modo geral em busca de melhoria da qualidade de ensino (FREITAS, 2007 p. 967).

Os números poderão aparecer em caráter positivo, mas a escola pode escolher os alunos mais “aplicados” e realizar a Prova Brasil e mascarar uma realidade. Ao passo que os Índices são importantes, mas para título de gestão essa tem que ser dialogada em âmbito mais abrangente, e se faz necessário um intercâmbio escola/comunidade/estado/agentes para que realmente possa diagnosticar e agir nos possíveis desníveis que vão de contra e comprometa o ensino/aprendizagem.

Luis Carlos Freitas (2007), não é contra as avaliações, mas que não seja uma ferramenta de pressão para com as escolas, em querer um resultado, somente para apresentação de números, mas que os dados, sejam para diagnosticar e intervir conforme a sua peculiaridade. Sugere o próprio, que a comunidade e a esfera de governo envolvida em conjunto com a escola, possam de fato resolver algum empecilho que ora ocorra na instituição escolar. Sendo assim resolverá os problemas detectados de

¹² Ver, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais – INEP; IDEB, para assim obter conhecimento sobre a metodologia dos cálculos, que envolve Estados, Municípios e Escolas.

maneira mais clara possível, ao mesmo tempo diagnosticado o problema, servirá de exemplos para que não ocorra em outras oportunidades.

3.1.2 Programa de Fortalecimento de Conselho Escolar,

Este programa, conforme Portaria Ministerial 2896-2004 foi criado com o objetivo de discutir a importância dos Conselhos Escolares no âmbito das escolas públicas, e também reforçar os Conselhos Escolares¹³ existentes.

O Conselho Escolar é composto por membros que compõem a escola pública, pais, familiares, comunidade, funcionários e corpo diretivo. Esses espaços estão dispostos nas escolas municipais e estaduais.

Entre várias ações o Conselho emite parecer, delibera; acompanha a prestação de contas da escola; envolve-se no calendário escolar; discute a Proposta Pedagógica da escola; as reuniões e assembléias são abertas e todos os fatores inerentes ao desenvolvimento da escola serão discutidos e debatidos no âmbito do Conselho Escolar, que se tornou um dos caminhos de expressão na contextualização da gestão democrática no cerne das escolas públicas.

O Programa criado no âmbito do SEB tem como objetivos: i) ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas; ii) apoiar a implantação e o fortalecimento de Conselhos Escolares; iii) instituir políticas de indução para implantação de Conselhos Escolares; iv) promover em parceria com os sistemas de ensino a capacitação de conselheiros escolares, utilizando, inclusive, metodologias de educação à distância; v) estimular a integração entre os Conselhos Escolares; vi) apoiar os Conselhos Escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade; vii) promover a cultura de monitoramento e avaliação no âmbito das escolas para a garantia da qualidade de educação.

A Secretaria da Educação Básica implementará os Programas dessa natureza e grupo de trabalho compostos por organismos nacionais e internacionais que integram e fazem parte do programa entre eles: Consed (Conselho Nacional dos Secretários de Educação); CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação); UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura),

¹³ O Conselho de Escola discute, delibera, normatiza, aconselha e fiscaliza as ações da Escola. *Conselho de Escola: construindo a democracia*. UFPR, SISMMAC & SISMMAR: UFPR, 2001.

entre outros organismos de igual importância e sempre com representantes titulares e suplentes. Um dos objetivos do MEC, é que haja uma aproximação, ou seja, laços estreitos entre a escola e outros organismos extra-escola.

A capacitação – várias foram as estratégias a ser utilizadas para a capacitação dos conselheiros escolares. Cursos à distância, para a capacitação de conselheiros escolares, técnicos e dirigentes das secretarias municipais e estaduais de educação; protocolos de cooperação entre as secretarias municipais e estaduais de educação e Ministério da Educação; videoconferência com o objetivo de mobilizar os conselheiros escolares para a importância de sua atuação na garantia da gestão democrática da escola.

O Programa Conselhos Escolares rege em seu cerne o princípio democrático, pois visa a integração das secretarias de ensino com a comunidade das escolas. Os Conselhos são deliberativos e a participação das comunidades é de total importância, em virtude que juntos com a organização escolar, possam detectar alguns desníveis que venham comprometer o ensino/aprendizagem.

Como órgão fiscalizador as verbas que vão ser inseridas nas escolas cabe também a participação dos conselheiros que ora estejam envolvidos; a participação da comunidade, na construção do projeto político da escola, é de suma importância, bem como o seu acompanhamento. A política do atual governo executivo federal visa à capacitação de conselheiros através de curso à distância e de encontros que são incentivados pelas secretarias municipais.

O PDE utiliza esse Programa como uma espécie de ferramentas para desenvolver o processo de gestão democrática, e fomenta a participação de conselheiros e agentes do estado que possam dialogar. O intuito é que haja um envolvimento entre população (comunidade local, pais e responsáveis) e a escola de forma acíclica e de certa forma dinamize o processo de gestão democrática de cunho participativo e com grau de responsabilidade.

Paro (2008), traz uma posição importante perante as estruturas administrativas que fazem parte de vários sistemas do ensino brasileiro. Frente a implementação de políticas na esfera superior e quais maneiras os benefícios chegam à escola pública e qual o seu papel como transformador social.

Como essa implementação supõe uma cadeia de órgãos, decisões, medidas políticas e concretizações de projetos e intenções que descem desde a instância superiores do sistema até chegar aos usuários de ensino, a discussão sobre o assunto, certamente, precisaria levar em conta a eficácia com que objetivos estariam sendo alcançados na ponta inferior dessa cadeia, ou seja,

É desta forma contextualizada que devem ser enxergados e interpretados os recursos investidos na educação, tanto no âmbito financeiro, e, ou técnico e que realmente chega na extremidade oposta (escola), e se realmente está atendendo a sua proposta de forma concreta em oferecer um ensino qualitativo às camadas sociais menos abastadas da sociedade brasileira, e os agentes integrado no processo democrático estão agindo conforme as peculiaridades da escola.

Necessário se faz o desenvolvimento de uma cultura de participação e comprometimento que levará a um redimensionamento dos papéis tradicionalmente vivenciados pela escola e a uma efetiva participação dos órgãos colegiados existentes nesse espaço. – O MEC deseja uma ação política que contextualize e mobilize os agentes das escolas envolvidas, através de organização institucionalizada – o colegiado via Conselho Escolar.

3.1.3 Programa Nacional de Gestores da Educação Básica.

A Escola de Gestores tem como seu projeto básico surgido em 2004, com a necessidade de construir processos de gestão escolar compatíveis com a proposta e a concepção da qualidade social da educação, baseada nos princípios de moderna administração pública e de modelos avançados de gerenciamento de instituições de ensino público.

O público alvo do Programa destina-se a gestores das escolas públicas estaduais e municipais da Educação Básica inclusive a EJA. Tem uma quantidade de participante limitada de 02 dirigentes por escola. O Programa tem a projeção que visa a formação de 174.400 gestores entre os anos de 2007 e 2010, com os cursos de pós-graduação e atualização com 400 e 180 horas respectivamente.

Com isso, o Programa eleva a qualificação dos dirigentes escolares, concomitantemente eles tornam-se cômnicos, perante o grau de responsabilidade de transformação social, entende que sendo agentes do Estado, tende a difundir, no seio da instituição escolar, o papel da gestão democrática e, em contato com a comunidade, haja uma integração sempre em busca de uma boa qualidade do ensino na rede pública. E essa qualidade seja constituída em todos os âmbitos possíveis no interior da escola. O contexto de qualidade seja tanto mensurável e imensurável, mas que todos sejam

envolvidos, e o importante são que os estudantes tornem o ensino como uma das vias ao acesso a democracia, concomitantemente da formação humana, cidadã, e profissional.

O MEC com o propósito de reverter o quadro de baixos resultados educacionais que abrangia a Educação Básica lançou um movimento em todas as Regiões do país, que obteve como meta elevar o índice de aproveitamento dos alunos da Educação Básica da rede públicas estaduais e municipais. Uma das estratégias, entre muitas outras, é a valorização dos profissionais da Educação (Professor, Diretores, Secretários) e concomitantemente investir na formação significativa na formação docente.

Esse Programa também visa no seu cerne a articulação Professor em sala de aula e a comunidade circunvizinha como uma espécie de liame, para assim viabilizar e impulsionar a qualidade do ensino público – o MEC está simplificando o diálogo a envolver os sujeitos das escola e seus participantes diretos (pais, responsáveis e comunidade).

O que motivou ao MEC a lançar esse Programa foram os resultados obtidos, através do Censo Escolar do ano de 2004, promovido pelo SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), que sinalizaram um quadro de baixos resultados educacionais dos alunos da Educação Básica.

A implementação de Programas, Projetos, que vise a qualidade do Ensino nesse contexto envolve esforços das esferas dos governos municipais e estaduais, com apoio total da União, no intuito de detectar determinadas falhas nas escolas e resolver dentro do possível dando ênfase as posições mais críticas, com a finalidade sempre de promover e desenvolver a qualidade do ensino nessa esfera da Educação.

O Censo também detectou outra situação de cunho importante, que é a formação dos dirigentes escolares. Estes com uma formação acadêmica coerente com o cargo facilitam o diálogo tanto para a comunidade, como para com os dirigentes das secretarias e órgãos similares que envolvem a Educação. De forma sucinta elucidarei uma parte dos dados – dirigentes escolares 29,32% formação em nível médio em três regiões detectadas Norte, Nordeste e Centro-Oeste. 69,76% formação superior e 22,96% possuem curso de pós-graduação *lato sensu*.

A estrutura do Programa - a sua metodologia será desenvolvida na modalidade Educação à Distância, mas haverá encontros presenciais e os recursos de cunho tecnológico serão utilizados em larga escala. A qualificação dos profissionais dar-se-á também no próprio espaço de trabalho, como formação continuada.

Basicamente o Programa é constituído através de dois módulos, que darão a performance e o esteio para a formação dos integrantes.

a) Módulo Básico composto com as seguintes disciplinas: Formação em tecnologia de educação a distância; Concepção de gestão escolar; Gestão democrática e Papel do gestor na organização dos processos de trabalho escolar.

b) Módulo Específico: Gestão do projeto político-pedagógico da escola; Gestão de Recursos Humanos; Gestão econômico-financeira; Merenda escolar; Patrimônio infra-estrutura (logística); Relações com a comunidade; Relações com o Conselho Escolar; Avaliação institucional e Uso de indicadores na gestão escolar.

Após síntese em dois dos módulos do Programa Escola de Gestores compreendidos: i) Gestão Financeira Descentralizada: planejamento, aplicação e acompanhamento de recursos ; ii) Conselho Escolar e Autonomia: participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola. Em ambos os módulos, há uma temática o quanto da importância do planejamento participativo e integrado por parte do colegiado – Conselho Escolar – em que envolve comunidade, pais, escola (corpo diretivo, professores, discentes, profissionais de apoio e administrativos), para assim a escola alcance a autonomia, e também retrata, em das causas em estudos, a situação em que a escola tornou-se um núcleo de gestão

Segundo o Programa, ao defender a autonomia da escola, entende-se que a comunidade escolar obtenha liberdade de discutir, planejar, construir e executar o seu projeto político-pedagógico, entendendo que neste está contido o projeto de educação e da escola que a comunidade almeja. Sabe-se pela própria natureza política ocorrerão as vicissitudes que a escola e a comunidade terão que rever o processo e tenta chegar ao equilíbrio sem perda para a instituição escolar como o todo – principalmente para os discentes

Mas a autonomia não significa que a escola tenha livre arbítrio, porque a sua autonomia está direcionada no campo administrativo (gestão dos funcionários); financeiro (aplicação de recursos); pedagógico (envolvimento na construção do projeto e outras do gênero); e na esfera jurídica (matrícula de alunos, transferência dos mesmos p. ex.), em virtude da escola pública, pertencer ao sistema de Educação, ela dá retorno para a sociedade da forma e como estão sendo geridos os recursos, que são pagos pela contribuição da sociedade (cidadãos e empresas), por via de Impostos, e principalmente

a qualidade do ensino que está sendo ofertado em seu núcleo, que de forma direta influencia não só na geração em voga, mas também nas gerações futuras.

Os módulos nos discorrer da leitura, percebe-se que a todo instante, sempre alerta-nos para a participação dos atores sociais que ora estejam envolvidos nos seus respectivos Conselhos Escolares, bem como fazer conhecer os programas que os governos implementam no sistema escolar, entre alguns, o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). Para, assim, direcionar com responsabilidade esses recursos em prol de uma boa qualidade do ensino.

Há uma preocupação latente por parte dos atores sociais, ao que se refere à descentralização do Estado para o seio da escola.

Isso significa que o processo de descentralização pode otimizar a participação de indivíduos ou grupos, possibilitar o deslocamento do poder central para os governos locais, mas pode também gerar um processo de desobrigação do poder central para com as Unidades escolares (MEC – ESCOLA DE GESTORES).

Nesse contexto também existe uma luta travada entre os educadores e o Estado, em que os educadores querem participar de forma direta das decisões majoritárias ao referir-se à educação e não ficar como mero coadjuvantes. O processo de descentralização é inevitável no atual momento da sociedade, ao menos nos países ditos democráticos, ao passo que o engajamento dos educadores nas decisões de maior impacto nas políticas educacionais faria com que o Estado não isentasse de suas responsabilidades, e concomitantemente o fiscalizaria mais de perto, pois é uma das atribuições do Estado cuidar do social, não de forma coadjuvante e auxiliar, mas como implementador de políticas e distribuidor dos recursos de caráter direto as instituições escolares, e não repassando verbas para as iniciativas privadas, porque estas têm um caráter liberal e atenderia com maior dificuldades aos que realmente precisam da escola pública

Quanto a este Programa, percebe-se que as disciplinas são de caráter relevante para instrumentalizar os gestores. Por se tratar de uma programação com característica prática, se faz necessário expandir esses conhecimentos, para além dos gestores (diretores escolares). E torna-se uma política perene para que os participantes sintam integrados (com a escola e a comunidade) e responsáveis pela o desenvolvimento da escola pública.

3.1.4 A busca de uma qualidade para a escola pública da Educação Básica.

Os Programas visam de forma substancial, a busca incessante de elevar a qualidade do ensino no âmbito das instituições públicas, tanto estadual como municipal, pois a inserção e permanência do aluno, já são “etapas superadas”, em virtude de implementar políticas que realize de forma concreta a boa qualidade do ensino.

O investimento da União, em conjunto com as demais esferas de governo, significa um passo na questão da sedimentação da gestão democrática. A participação da comunidade, o investimento nas escolas, políticas para formação dos educadores de um modo geral, foram preponderantes nesses programas.

A descentralização é entendida como uma autonomia das escolas, já que seus gestores já estão imbuídos nesses propósitos. Por outro lado, o descaso das escolas públicas foi apontado nesses estudos, segundo próprio levantamento do MEC, aquelas instituições com um maior grau de dificuldade em todos os âmbitos que seja no campo materiais e, ou imateriais.

O conceito de qualidade nesse contexto não pode ser traduzido a um ranking ou competição entre as instituições, e sim que seja instituída uma política de qualidade do ensino-aprendizagem e a reverter a situação de baixa qualidade da aprendizagem na educação básica. Os Programas, de cunho nacional, abrangeram tanto a esfera municipal e estadual, não ficando reduzido ao ensino fundamental, isso se pode considerar um avanço, mesmo na complexidade que são exigidos para implementação dos respectivos programas.

Percebe-se que os programas aqui estudados são entrelaçados, seja no campo financeiro; a criação e reforço dos conselhos escolares e no aperfeiçoamento dos gestores escolares. Percebe-se que o Estado está implementando Programas e sempre em busca da qualidade da escola pública independente da sua localização geográfica, e um outro fator é a integração dessas ações, entre as regiões brasileiras para buscar ao máximo do equilíbrio ao agir direto nos municípios e escolas. Outro fator destes programas é a participação da comunidade, que está sendo inserida, de forma ativa que seja em cursos ou capacitação, e o Estado sendo o elemento integrador das ações.

4 Conclusão.

O contexto administração escolar dá lugar para a gestão democrática. A partir de então sai de cena a figura exponencial do diretor como solitário comandante, no qual era responsável por tudo e por todos, como um verdadeiro representante do Estado. Em seu lugar passa a configurar a gestão em que o ápice desta, é a participação irrestrita dos

sujeitos cômnicos que ora fazem parte das instituiçõs escolares, seja esses agentes, educadores de uma forma geral, pais ou membros das comunidades.

Esses sujeitos, em um contexto moderno, sãõ responsáveis de forma direta pelo desempenho da organizaçãõ escolar. Dos gestores, qualificados mediante cursos , aos membros da comunidade, estes através do Conselho Escolar , e o Estado independente da sua esfera de atuaçãõ e governo juntamente com apoio irrestrito da Uniãõ – técnico ou financeiro formam, assim, a horizontalidade e servem como esteios para a manutençãõ das escolas pùblicas brasileiras.

O mundo, nas suas variedades transformaçõs e complexidades, a escola pùblica nãõ deve ficar na letargia, ou inerte, e sim tornar-se dinãmica conforme os seus objetivos traçados e sempre partir da sua realidade. A escola pùblica passiva tem que dar passagem para uma escola pautada nos princípios éticos e de responsabilidade pela transformaçãõ social. Os sujeitos da escola pùblica sãõ na maioria oriundos das camadas menos favorecidas da sociedade, e esses sujeitos sejam contemplados, nãõ só no conhecimento sistematizado e científico que a escola oferece, mas na sua valorizaçãõ como ser humano.

✕ No momento vigente a gestãõ democrática requer princípios humanos e de grande relevância; espírito de colaboraçãõ, muito embora essas relaçõs sejam complexas, mas faz-se necessãrio. A gestãõ democrática nãõ é restrita, estanque ou hermética, pois o seu intuito é oportunizar para que todos obtenham conhecimentos diversos e que seja oportunizada a inserçãõ de todos no processo do conhecimento. Docentes, discentes, pais, a comunidade, o corpo diretivo da instituiçãõ escolar, os funcionários, o corpo administrativo da escola, a preservaçãõ e manutençãõ da edificaçãõ, o implemento de equipamentos e laboratõrios, enfim conjunto de forçãs e açõs que devem ser dirigido com o máximo do raciocínio.

A educaçãõ no Brasil é um fato a ser estudado com grande maestria. Diga-se de passagem, é um estudo que requer muita reflexãõ em razãõ de nãõ obtermos uma educaçãõ peculiar até a década 1930. Em virtude de a educaçãõ ficar condicionada aos mais ricos, que dominaram as esferas política e econõmica do país, sempre delinearam as esferas sociais por séculos, mas sempre com o apoio ideolõgico da Igreja, através dos jesuítas. Estes dominavam todas as esferas da vida do nascimento à morte, perpassando toda a vida social do indivíduo.

Uma educaçãõ sem vínculo com as peculiaridades do país, mas importada de uma realidade totalmente diferente da nossa, totalmente europeizada. Uma Educaçãõ

enciclopédica, livresca e que girava em seu próprio eixo sem um avanço significativo, e só como fator de transmissão professores e alunos de caráter de inculcação, assim prevaleceu até 1759, com a expulsão dos jesuítas do reino português.

O período Brasil-Império permaneceu pelo mesmo feito a do período anterior, ou seja, a elite nesse período vigente, já dispunha de várias faculdades no Brasil ao seu dispor permanecendo, assim, uma forma seletiva e aos demais uma educação sem avanço e pobre de conhecimentos.

Ao passo que na inauguração da República, o processo educacional fica inerte, não se tem uma projeção, ou um centro que congruisse e pudesse gerar/administrar a educação brasileira e, sim, haviam situações fragmentadas, sem organização, conforme posição dos próprios intelectuais do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova ou Pedagogia Nova.

Na década de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, tem-se um ponto de congruência para educação e, através dos Pioneiros da Escola Nova, passa realizar uma proposta e um projeto de Educação para o Brasil.

A partir de então o processo educacional toma novos rumos, não de forma linear, mas a cada fase histórica, contextos são ampliados ou reduzidos, conforme as correlações de forças. Pode-se perceber essas passagens na CF- 1934 regime democrático; CF 1937, regime autoritário, ao passo que a CF- 1946 tem-se uma democracia, e em 1964, houve o golpe militar . Então em cada fase a escola irá moldar-se, conforme a sociedade e suas correlações de forças com o Estado.

Nas décadas de 1970 e 1980, há uma passagem da queda do governo autoritário, em busca da democracia, em que entram em cena os atores sociais e reivindicam, liberdade, ou seja, democracia.

A escola, através de organizações e associações, que lutaram por uma escola democrática, que conseguem seu feito na CF-1988, mesmo com algumas modificações, mas deu-se um passo significativo.

Nos anos 1990, o Estado passa por uma reforma, e a educação também por esse estágio de reformas. No início do século XXI, o governo, em voga, (Luiz Inácio Lula da Silva), tenta por vários ângulos através de Programas, Planos e Ações, fortalecer o processo democrático, das Escolas Públicas brasileiras seja na esfera estadual ou municipal, mas essas políticas ao longo dos estudos percebe-se que é uma política de governo, e, um pouco distante de políticas de Estado, muito embora, inúmeras conquistas, foram realizadas no âmbito da gestão democrática.

O processo de gestão educacional, o engajamento das comunidades é de suma importância; os investimentos em recursos conceituais e materiais, e recursos de toda a ordem precisam ser garantidos em Lei, independente do mínimo estabelecido na CF-1988, pois se entende que seria para manter o mínimo, ao passo que uma escola de qualidade, os recursos serão mais abrangente, porém o seu uso tem que ser o mais racional possível. Isso, em virtude das análises dos Programas, Planos, Ações e verbas suplementares, haver um período de vida, 2010, justamente no término do governo Lula.

REFERÊNCIAS

ARELARO, L. R. G. A municipalização do ensino no Estado de São Paulo: antecedentes históricos e tendências. In: OLIVEIRA, C. de. et al. **Municipalização do ensino no Brasil**. Belo Horizonte : Autêntica, 1999. p. 61-89.

BOBBIO, Noberto. **Estado, governo, sociedade:** por uma teoria geral da política; tradução Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL. Decreto n. 17, de 13 de abril, de 2006. Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE.** E dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=fundescola.html#funcionamento> acesso em 25/03/09.

BRASIL. Decreto n. 6.320, de 20 de dezembro de 2007. Regulamenta o Fortalecimento Institucional e Gestão Educacional. Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Brasília, 2007. **Secretaria da Educação Básica.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=com_content&task=view&id=1099&Itemid=994. Acesso em 16/02/2009.

CAMARGO, Rubens Barbosa de. **Gestão Democrática e Nova Qualidade de Ensino:** o Conselho de Escola e o Projeto da Interdisciplinaridade nas Escolas Municipais da Cidade de São Paulo (1989-1992). 1997. 370 f. Tese [Doutorado em Educação] – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

CATTANI, Antonio David. **Trabalho e Tecnologia:** Dicionário crítico. Organizador. Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

CHENAIS, François. **A Mundialização do Capital;** tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo : Xamã, 1996.

CONSELHO DE ESCOLA: construindo a democracia. UFPR, SISMMAC & SISMMAR. Curitiba: UFPR, 2001.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 1988. 5. ed. Revisada e ampliada e atual. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, Estado e democracia no Brasil.** 4. ed. São Paulo : Cortez, 2001.

CUNHA, Luiz Antonio; GÓES, Moacyr de. **O Golpe na Educação.** 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. 135 p.

DOURADO, Luiz Fernandes. Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica.** Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília, 2006.

Estudos Econômicos da OCDE: Brasil 2000/2001; tradução de Joaquim Oliveira Martins. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

X FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 16ª Edição. São Paulo : Globo, 2004.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade e Poder/ fundamentos históricos**: 1930-45. 2. ed. Brasília: Plano, 2000.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. **Gestão da Educação**: impasses, perspectivas e compromissos organizadoras. 3. ed. São Paulo : Cortez, 2001.

X FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREITAS, Luiz Carlos de. Eliminação Adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28 n. 100 – Especial, p. 965-987, out. 2007.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação**. São Paulo : Cortez , 1990.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; SOUZA. Ângelo Ricardo de; TAVARES, Taís Moura; organizadores. **Conversas sobre financiamento da educação no Brasil**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2006.

MARTINELLI FREITAS, Rosana C. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, vol. 10 n. 1 jan/jun 2007.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão Democrática da Educação**: desafios contemporâneos. Organizadora. Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana. Política Educacional como política social: uma nova regulação da pobreza. **Respectiva**, Florianópolis, v. 23 n. 02, p. 279 – 301, jul/dez 2005.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**: Educação Popular e Educação de Adultos. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar**: introdução crítica. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes; organizadores. **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: UNESP, 1999.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA JR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

TAVARES, T. M. **Gestão municipal da educação, organização**. Educar, Curitiba, n22, p. 241-256, UFPR: 2003.

TOBIAS, José Antonio. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Juriscredi, 1972.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica: projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

VERA, Peroni. **Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990**. São Paulo : Xamã, 2003.